

RELATÓRIO DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE TRABALHO DE GESTÃO E GOVERNANÇA

Data: 20/05/2025

Horário: 09:00 horas

Por videoconferência

PAUTA

1 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

Dra. Júlia Elisa Wilk, GEAUD/SUPCIC, disse que disponibilizou o link do Painel de Auditorias do SUS no chat, que foi criado pela SES. Quem trabalha na Administração Pública, delimita as ações nos princípios do Direito Administrativo, inclusive o princípio da Legalidade que todos conhecem, o qual veda que o servidor público faça uma ação vedada por algum normativo legal e obriga a fazer uma ação determinada em um normativo legal. Por isso, a Lei de Acesso à Informação Estadual, que é a Lei nº 18.025 de maio de 2013, diz que o cidadão tem acesso a diversas ações do Setor Público. Portanto, tem-se um grande trabalho em alimentar as transparências pública e sabem que a transparência é uma ferramenta de Controle Social, que algo que é muito valorizado. Nas exigências da Lei das informações que precisam ser públicas estão incluídas as auditorias, que precisam ser publicizadas tão logo sejam concluídas. Outra questão, as auditorias do SUS que são componentes do Sistema SNA, que é o Sistema Nacional de Auditorias, são publicizadas quando concluídas em um site que é do próprio Ministério da Saúde do DENASUS, que disponibilizou no chat, que é o <https://consultaauditoria.saude.gov.br>. No DENASUS disponibilizam as auditorias do SUS, quando são finalizadas. Assim, resolveram na SES construir esse portal próprio para facilitar o acesso tanto da própria SES aos instrumentos de auditorias que são publicizados como para todos os gestores do Estado de Goiás. Mostrou a tela do Painel falando que ele é um BI que é uma ferramenta de *Business Intelligence* (BI), que disponibiliza as ações de controle que foram publicizadas e realizadas na SES do ano de 2023 seguinte. No qual tem publicada 242 atividades em 55 municípios goianos e 15 municípios de outros Estados Brasileiros. O Painel é um retrato da atual gestão com 242 atividades publicadas com entre elas 161 auditorias, 04 relatórios complementares, 18 visitas técnicas e 02 novidades a nível nacional. Que é a consultoria e monitoramento. Logo o Plano de Ação deve ser enviado a SES depois de construído o monitoramento acompanha o auditado durante um ano e meio para que ajustes os apontamentos em desconformidade. De todas as ações de controle disponibilizadas no Painel 70% foram solicitadas pela própria SES, o segundo demandante é o Ministério Público do Estado de Goiás. Há uma portaria pública pelo Ministério da Saúde que obriga a encaminhar relatórios de auditoria para Órgão de controle interno e externo. Quando envia os resultados para o MP, para a Câmara de Vereadores está cumprindo a legislação e fazendo aquilo que é determinado. Nunca a intenção é colocar o gestor em situação desconfortável. Mostrou os filtros disponíveis no Painel de Auditorias do SUS, dizendo que têm disponível todas as ações de auditoria realizadas nos municípios e que o Painel pode ser uma ferramenta positiva, até mesmo de fazer propaganda, da evolução em saúde. O município conseguirá demonstrar a evolução

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

enquanto auditado e ganhar os frutos políticos que possa agregar ao gestor. Como falou no começo precisa cumprir a legislação e publicizar o que produzem e o Painei pode ser uma ferramenta de gestão tanto para o Secretário Municipal de Saúde como interna para a SES. Se o município não demonstra o interesse ajustar as desconformidades apontadas pela auditoria feita, então cabe o auditor encaminhar ao MP para que tome as devidas providências. Agradeceu falando que Gerência de Auditoria estava a disposição para sanar qualquer dúvida.

Dra. Patricia Palmeira de Brito Fleury – SMS de Araçu e Presidente do COSEMS, disse que a Lei nº 18.025 de maio de 2013 citada há vedações que não foram citadas. O Painei de indicadores é muito importante em relação a gestão, só que não adianta ter algo tão completo se não souber utilizar em sua totalidade. Como encaminhamento dessa pauta sugere que todas as Regionais trabalhem ou por oficina online com planejamento, instrumento de gestão que saibam manusear de forma correta e que isso seja trabalhado. Como encaminhamento o COSEMS solicita isso que as Regionais trabalhe essas capacitações no dia a dia.

Dra. Marília Cláudia Carvalhais, Assessora Jurídica do COSEMS, cumprimentou a todos e disse que faria uma ponderação já feita anteriormente em que chama atenção a questão da legalidade. O princípio da legalidade norteia todas as ações da Administração Pública e esta na Lei Estadual nº 18.025 de maio de 2013 no Art. 4º, que diz “o direito ao acesso à informação que trata a Lei é vedado no tocante ao que trata o processo de auditoria. Pediu que tenha cuidado em relação a relatório de auditoria conclusivo. Na Portaria de Consolidação nº 4 de 2017 tem o anexo nº 07 que do sistema nacional de auditoria e foi alterado recentemente no ano de 2024 pela Portaria nº 3613, que fala que o relatório final de auditoria é franqueado para controle interno, controle externo, mas não fala para população em geral. Pediu que tenha cuidado com relação aos relatórios conclusivo, em sua percepção acha que não devem ser de acesso ilimitados indiscriminados no tempo e espaços para quem quer que seja. Precisa ter cuidado a interpretação dos dados, pois podem desvirtuar as informações.

Dr. José Augusto Carneiro, subsecretário de controle interno da SES, disse que Goiás com ajuda da controladoria é o Estado mais transparente do Brasil. O referido artigo que a Dra. Marília colocou que fala das vedações da transparência diz que “são vedadas as informações de auditoria, enquanto não concluída”. Tomam muito cuidado e todas as informações de auditoria tem o relatório preliminar que é encaminhado ao auditado e neste momento não é publicizada e enquanto o auditado não responde não é feito o relatório final. Somente após de o relatório final ser disponibilizado para as autoridades é que vai para o Painei. Com relação a legislação que seguem a Lei Estadual nº 18.025 de maio de 2013 e o Decreto que regulamenta a referida Lei nº 10.306 e no Art. 7º fala da transparência ativa, que é aquela que devem está disponível a qualquer cidadão sem requerimento. E nessa transparência o primeiro que deve está disponível no portal da transparência é o resultado conclusivo das auditorias. A Portaria nº 163 que regulamenta a Controladoria Geral do Estado no Art. 31 diz que os resultados de serviço de controle serão publicados na transparência ativa. Quando fizeram o Painei tiveram bastante cuidado para se basear na legalidade. A dos auditados é fantástica e motivo de comemoração por todos, pela importância da transparência.

Dra. Patricia Palmeira de Brito Fleury – SMS de Araçu e Presidente do COSEMS, disse que colocou no chat o link que oferece acesso ao relatório conclusivo completo. Agradeceu a oportunidade.

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Patricia Palmeira de Brito Fleury – SMS de Araçu e Presidente do COSEMS, agradeceu a ponderação do Dr. José Augusto e reafirmou a necessidade de trabalhar a utilização do Painel pelas Regionais nos municípios. Disse que precisam trabalhar junto e transformar os dados em informações qualificadas.

Dr. Tulio Silva Oliveira – Superintendente de Planejamento/SES, agradeceu e parabenizou e propôs que a apresentação faça parte da pauta da CIB. Disse que passaria para o item **3.2**, porque o pessoal da Escola de Saúde teriam que sair da reunião para outro compromisso.

1.2 – Plano de Ação Macrorregional de Transformação do SUS Digital em Goiás. (GPR/SPLAN).

Dra. Simone Camilo Aquino Botelho, GPR/SPLAN, disse que foi elaborado um Plano de Transformação em Saúde Digital. A Superintendência de Planejamento trabalhou em conjunto com a Superintendência de Tecnologia da Informação da SUTIS, pois a primeira fase do Plano envolvia o planejamento. Por esse motivo, as duas Superintendências atuaram juntas na construção do Plano de Transformação do SUS Digital, cuja entrega estava sendo realizada. Na reunião do Grupo de Trabalho, realizada em 20/05/2025, foi feita a entrega do Plano de Transformação. O documento foi inserido no Sistema InvestSUS, onde constam minimamente as ações e diretrizes. Foi elaborado um material a ser apresentado para todos os municípios e para o Estado, o qual será disponibilizado no site da Secretaria. O trabalho contempla cinco Planos de Transformação em Saúde Digital, correspondentes às cinco Macrorregiões de Saúde, sendo um plano para cada uma. Na ocasião, foi apresentado o Plano da Macrorregião de Saúde Nordeste. Foi apresentado ainda um panorama do programa SUS Digital. Destacou-se a realização de workshops em cada Macrorregião de Saúde para a construção dos planos, bem como a elaboração das portarias, cujos links estão disponíveis nos documentos. Foram mencionadas as Resoluções elaboradas no Estado de Goiás, os valores de recursos recebidos tanto pelo Estado quanto por cada Macrorregião de Saúde, as metas estabelecidas, a quantidade de objetivos, ações e diretrizes definidas para cada região. Ressaltou-se que as diretrizes e os objetivos são do Plano Estadual de Saúde (PES) e estão vinculados aos objetivos do Plano de Transformação Digital. O documento ficará disponível para cada Macrorregião de Saúde no site da Secretaria, na página do Planejamento Regional Integrado. Foi destacado que a execução ficará sob responsabilidade da SUTIS e que as ações nos municípios terão início no mês de junho. Essa informação foi tornada pública para todos os municípios. Atendendo à sugestão do COSEMS, apresentada por Dra. Maria Aparecida, será feito o encaminhamento do documento para todos os municípios.

Dr. Tulio Silva Oliveira – Superintendente de Planejamento/SES, agradeceu à Dra. Simone pela contextualização dos Planos de Ação de Transformação do SUS Digital. Informou que foram realizados workshops no ano de 2025, com participação expressiva de gestores e técnicos, o que possibilitou a elaboração dos Planos de Ação Macrorregionais de Transformação. O Plano foi finalizado, e o trabalho apresentado por Dra. Simone foi conduzido com grande didática, tornando claro todo o processo: como foi realizado, quais foram os resultados e os valores de recursos investidos. Foram elaboradas cartilhas dos cinco Planos, um para cada Macrorregião de Saúde, sendo que cada plano é individualizado e já está disponível. Solicitou à Dra. Simone que compartilhasse no chat o link de acesso aos documentos, para que todos possam consultá-los, se apropriar do material e utilizá-lo conforme necessário. Destacou também a participação ativa das Coordenações de Planejamento Regionais. Colocou-se à disposição e informou que o material está disponibilizado.

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Patrícia Palmeira – SMS de Araçu/Presidente do COSEMS, disse que enquanto COSEMS o encaminhamento dessa pauta seria o seguinte: quando foi recebida a primeira parcela do recurso para a implementação das ações do Plano, houve troca de muitos secretários municipais, e esse recurso, muito provavelmente, permanece nas contas dos municípios sem execução. Dessa forma, o COSEMS solicita que a Secretaria de Estado, por meio das Regionais, repasse aos municípios as informações sobre os valores disponíveis, em quais contas se encontram e o que pode ser executado com esses recursos para viabilizar a implantação da Saúde Digital nos municípios. Ressaltou que seria importante realizar esse trabalho o quanto antes, para que essas ações possam ser incluídas nos Planos do próximo quadriênio. Caso contrário, há o risco de novos atrasos, agravados pela dinâmica da gestão pública, com frequentes trocas de secretários e a vulnerabilidade dos cargos e funções. Para que a execução ocorra de forma adequada, as ações precisam estar previstas nos Planos e incluídas na Programação Anual de Saúde (PAS). Explicou que seria necessário convocar o Conselho para emitir uma Resolução e incluir um adendo na PAS. Reforçou a importância de esse trabalho ser realizado ainda no primeiro semestre, de forma colaborativa, para que seja possível executar as ações e acompanhar com clareza os investimentos realizados com o recurso.

Dra. Simone Camilo Aquino Botelho – GPR/SPLAN, disse que o documento foi elaborado justamente por esse motivo, pois era necessário incluí-lo nos instrumentos orçamentários.

Dr. Túlio Silva Oliveira – Superintendente de Planejamento da SES, concordou, destacando que diversas ações estão sendo realizadas com os municípios. Ressaltou que a equipe tem acompanhado os workshops de planejamento e que o COAGEM – Centro Operacional de Apoio ao Gestor – também tem atuado nesse processo. A proposta é tornar a divulgação dos Planos de Ação Macrorregionais mais acessível e intuitiva, inserindo esse tema na agenda dos gestores municipais. Acrescentou que outras ações estão em andamento e considerou muito bem-vinda a sugestão apresentada. Informou que será intensificado o trabalho junto aos gestores, especialmente diante da rotatividade e da chegada de novos secretários municipais.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS de Araçu/Presidente do COSEMS, disse que o ponto principal são os valores: onde está esse recurso e onde os gestores podem encontrá-lo. Reforçou que são esses Planos que vêm sendo trabalhados e apresentados nos espaços de governança e que houve um seminário sobre o tema, o que torna ainda mais relevante essa discussão. Destacou a importância da recontextualização para os gestores que estão assumindo agora, pois precisam se inteirar de diversas questões e compreender o andamento das ações já iniciadas.

Encaminhamento – Encaminhado para pauta da CIB para Apresentação

2 – DISCUSSÃO E PACTUAÇÃO

2.1 – Pactuar a revisão das pactuações intermunicipais de Damolândia, a partir da competência Junho/2025, parcela 7ª de 2025. (GEPASS/SPLAN).

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

AMBULATORIAL			
MUNICÍPIO	ATUAL	REMANEJAMENTO	DIFERENÇA
DAMOLÂNDIA	22.436,86	24.849,45	2.412,59
GOIÂNIA	72.474,31	70.061,72	- 2.412,59
TOTAL	94.911,17	94.911,17	0,00
HOSPITALAR			
DAMOLÂNDIA	7.644,89	7.644,89	0,00
GOIÂNIA	73.073,15	73.073,15	0,00
TOTAL	80.718,04	80.718,04	0,00

Dra. Andressa Vieira de Moura – GEPASS/SPLAN, disse que o município de Damolândia solicitou a retirada de R\$ 2.412,59 (dois mil, quatrocentos e doze reais e cinquenta e nove centavos) da pactuação com o ambulatório de referência de Goiânia, com a intenção de alocar esse valor no próprio município, a partir da competência de junho, correspondente à 7ª parcela de repasse. Destacou que a solicitação cumpriu todos os prazos estabelecidos e seguiu o Procedimento Operacional Padrão (POP).

Dra. Suely Silva – SMS de Damolândia, explicou que se tratou de um remanejamento, uma vez que já existem algumas ofertas no município. Mencionou que a mudança busca proporcionar maior conforto aos pacientes, especialmente no que se refere à realização de exames laboratoriais, considerando as dificuldades de deslocamento até Goiânia. Por esse motivo, parte do saldo foi remanejada para possibilitar a realização dos atendimentos diretamente no município, confirmando o valor informado por Dra. Andressa.

Dr. Túlio Silva Oliveira – Superintendente de Planejamento/SES, informou à Dra. Patrícia que, na sequência, haveria seis solicitações de aporte de recursos financeiros junto ao Ministério da Saúde. Destacou que todas essas solicitações já passaram pelo fluxo estabelecido, com análise e apoio da equipe da GEPASS, da Dra. Andressa e de toda a equipe técnica. Foi realizada a análise dos valores, relacionando a produção com os repasses recebidos, e todas as solicitações já foram apresentadas em Comissão Intergestores Regional (CIR). O fluxo seguiu corretamente, com validação pela área técnica e pelas comissões regionais. A apresentação por parte dos municípios que estão pleiteando os recursos contribuiu para o aumento do financiamento federal, o que fortalece os municípios e as ações de saúde. Ressaltou que, sem recursos financeiros, não é possível avançar na execução dos serviços.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS de Araçu/Presidente do COSEMS, concordou e afirmou que tudo está em conformidade. Reforçou o que vem sendo discutido sobre a realidade de muitos municípios subfinanciados, com serviços que extrapolam os limites do financiamento disponível.

Encaminhamento – Encaminhado para pauta da CIB para Pactuação

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

2.2 – Pactuar a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde de Orizona, para aporte de recursos financeiros junto ao Ministério da Saúde, para ações de média complexidade na recomposição de teto, num montante anual no valor de R\$ 893.042,44 (oitocentos e noventa e três mil, quarenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) anuais, para custeio das ações de saúde da população própria e referenciada. (SMS de Orizona).

Dr. Cláudio – Técnico da Secretaria Municipal de Saúde de Orizona, informou que o Secretário Municipal teve um imprevisto de última hora, e que faria as ponderações em nome do município. Explicou que a pauta foi solicitada porque o município assumiu a gestão do Hospital Municipal no ano de 2023, o que resultou em aumento da oferta e da produção de serviços. Relatou que o município recebe do Ministério da Saúde, via componente MAC, o valor mensal de R\$ 45.403,00 (quarenta e cinco mil, quatrocentos e três reais), o que totaliza R\$ 544.844,00 (quinhentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e quatro reais) por ano. No entanto, ao analisar a produção com base no parâmetro de 2024, identificou-se um montante de R\$ 1.437.886,00 (um milhão, quatrocentos e trinta e sete mil, oitocentos e oitenta e seis reais), gerando uma diferença de R\$ 893.042,00 (oitocentos e noventa e três mil e quarenta e dois reais). Esse é o valor que está sendo pleiteado no pedido de aporte. Colocou-se à disposição para esclarecimentos, caso haja dúvidas.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS de Araçu/Presidente do COSEMS, manifestou concordância e afirmou que o pedido poderia ser encaminhado para pactuação.

Encaminhamento – Encaminhado para pauta da CIB para Pactuação.

2.3 – Pactuar a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde de Cristianópolis, para aporte de recursos financeiros junto ao Ministério da Saúde, para ações de média complexidade na recomposição de teto, num montante anual no valor de R\$ 475.686,18 (quatrocentos e setenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e seis reais e dezoito centavos) anuais, para custeio das ações de saúde da população própria e referenciada. (SMS de Cristianópolis).

Dra. Suzana – SMS de Cristianópolis, informou que esta é a segunda vez que solicita o aumento do teto MAC para o município, devido ao aumento da produção do hospital. Explicou que Cristianópolis está localizado no entorno de diversos municípios, o que gera um fluxo elevado de atendimentos, principalmente na emergência. Ressaltou que o município tem acolhido muitos pacientes de outras localidades. Atualmente, o município recebe o valor de R\$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais) por ano, enquanto a produção gira em torno de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) ao ano. Lamentou que, até o momento, o Ministério da Saúde não tenha realizado o aumento do teto.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS de Araçu/Presidente do COSEMS, manifestou concordância e afirmou que a solicitação poderá ser encaminhada para a reunião da CIB.

Encaminhamento – Encaminhado para pauta da CIB para Pactuação.

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

2.4 – Pactuar a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde de Serranópolis, para aporte de recursos financeiros junto ao Ministério da Saúde, para ações de média complexidade na recomposição de teto, num montante anual no valor de R\$ 208.374,13 (duzentos e oito mil, trezentos e setenta e quatro reais e treze centavos) anuais, para custeio das ações de saúde da população própria e referenciada. (SMS de Serranópolis).

Dra. Claudete – SMS de Serranópolis, apresentou um panorama do município, que pertence à Região Sudoeste II. Informou que a população é de 8.027 habitantes e que o município conta com 2 UBS, 2 Unidades de Estratégia da Saúde da Família, um Centro de Especialidades e um Hospital Municipal. Relatou as dificuldades enfrentadas para o alcance dos indicadores desde o ano de 2020, destacando especialmente as questões financeiras. Apresentou os cálculos da despesa total, no valor de R\$ 424.727,97 (quatrocentos e vinte e quatro mil, setecentos e vinte e sete reais e noventa e sete centavos), enquanto o repasse recebido foi de R\$ 216.353,73 (duzentos e dezesseis mil, trezentos e cinquenta e três reais e setenta e três centavos). Diante disso, o município está solicitando um incremento no valor de R\$ 208.374,24 (duzentos e oito mil, trezentos e setenta e quatro reais e vinte e quatro centavos), para dar continuidade ao atendimento da população.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS de Araçu/Presidente do COSEMS, informou que a solicitação será encaminhada para pactuação e manifestou esperança de que o recurso de recomposição seja aprovado e chegue ao município.

Encaminhamento – Encaminhado para pauta da CIB para Pactuação.

2.5 – Pactuar a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde de Nova América, para aporte de recursos financeiros junto ao Ministério da Saúde, para ações de média complexidade na recomposição de teto, num montante anual no valor de R\$ 133,580,31 (cento e trinta e três mil, quinhentos e oitenta reais e trinta e um centavos) anuais, para custeio das ações de saúde da população própria e referenciada. (SMS de Nova América).

Dr. Welles Junne – SMS de Nova América, informou que o município está localizado na região Centro-Norte Goiano, pertencente à Macrorregião Norte, Região de Saúde de São Patrício I. Relatou uma defasagem no teto MAC. Ao assumir a Secretaria Municipal de Saúde, explicou que o município não possui hospital, apenas uma Unidade Básica de Saúde e uma Unidade Mista. Em 2021, o teto MAC era de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), mas no ano seguinte, 2022, foi reduzido para R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais). Posteriormente, conseguiram reverter a situação, voltando ao valor anterior. No entanto, em 2023 e 2024, o teto foi novamente reduzido para R\$ 18.000,00 anuais, o que representa um repasse mensal muito baixo, entre R\$ 1.000,00 e R\$ 1.500,00. A produção do município foi devidamente encaminhada e aprovada. Informou que há um déficit de R\$ 133.000,00 (cento e trinta e três mil reais), considerando que os gastos anuais giram em torno de R\$ 151.000,00 (cento e cinquenta e um mil reais). Ressaltou que o município atende moradores de várias localidades próximas, como Crixás e Itapaci, além de pequenas cidades cuja referência acaba sendo Nova América, devido à proximidade. Destacou que não é possível deixar de atender essa população e que os gastos ultrapassam significativamente os

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

valores recebidos. Solicitou, assim, o incremento no valor de R\$ 133.000,00. Finalizou pedindo a colaboração de todos, inclusive da Dra. Patrícia, e informou que estará presente na reunião da CIB na quinta-feira, caso seja necessária uma apresentação.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS de Araçu/Presidente do COSEMS, respondeu com bom humor, dizendo que a sorte de Dr. Welles é o município não possuir hospital, e que, se desejasse, doaria o do município dela, pois já tentou diversas estratégias para mudar o nome e a função da unidade, buscando algo que possibilitasse o recebimento de recursos estaduais ou federais.

Dr. Welles Junne – SMS de Nova América, respondeu que não desejava receber o hospital, reconhecendo que os custos são, de fato, muito altos.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS de Araçu/Presidente do COSEMS, concluiu informando que o encaminhamento seria para a pauta da CIB, visando a pactuação. Mencionou que o tema já havia sido discutido no dia anterior, com referência ao Dr. Túlio e à Dra. Aparecida Rodrigues. Acrescentou que a Dra. Andressa havia esclarecido que a área técnica acompanhou o processo, que a pauta foi apresentada em reuniões da CIR e discutida nos territórios. Reforçou a necessidade de agilidade na assinatura das resoluções e manifestou torcida para que o pleito do município seja atendido.

Dr. Túlio Silva Oliveira – Superintendente de Planejamento/SES, concluiu dizendo que todos os requisitos foram devidamente cumpridos, o conteúdo já foi esmiuçado, detalhado e apresentado. Que o encaminhamento será para pactuação na reunião da CIB, e que haverá a Resolução, pois é por meio dela que se obterão os elementos necessários para o pleito junto ao Ministério da Saúde.

Encaminhamento – Encaminhado para pauta da CIB para Pactuação.

2.6 – Pactuar a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde de Rubiataba, para aporte de recursos financeiros junto ao Ministério da Saúde, para ações de média complexidade na recomposição de teto, num montante anual no valor de R\$ 1.046.216,56 (um milhão, quarenta e seis mil, duzentos e dezesseis reais e cinquenta e seis centavos) anuais, para custeio das ações de saúde da população própria e referenciada. (SMS de Rubiataba).

Dra. Talitta – SMS de Rubiataba, informou que, assim como o colega Dr. Welles, do município de Nova América, o município de Rubiataba está pleiteando a recomposição do teto financeiro da Média e Alta Complexidade (MAC). Destacou que, diferentemente de Nova América, Rubiataba possui hospital, e, como mencionado pela Dra. Patrícia, trata-se de um hospital que atende uma grande demanda, sendo o único existente na cidade, que possui aproximadamente 24.000 (vinte e quatro mil) habitantes. Ressaltou que a população depende dessa unidade hospitalar. Foi elaborado um ofício e encaminhado para apreciação, com a apresentação da produção baseada nos dados do ano de 2024. Informou que, via SIA/SUS, foi registrada produção no valor de R\$ 1.174.848,53 (um milhão, cento e setenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e oito reais e cinquenta e três centavos) e, via SIH/SUS, o valor foi de R\$ 337.032,84 (trezentos e trinta e sete mil, trinta e dois reais e oitenta e quatro centavos). O total da produção em 2024 foi de R\$ 1.511.738,20 (um milhão, quinhentos e onze mil, setecentos e trinta e oito reais e vinte centavos). Ressaltou que os

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

gastos são muito elevados para manter um atendimento de qualidade à população. A prefeitura já entra com aproximadamente 20,73% de contrapartida, mas, mesmo assim, o valor ultrapassa esse percentual. Diante disso, solicitou a recomposição do teto no valor de R\$ 1.046.216,56 (um milhão, quarenta e seis mil, duzentos e dezesseis reais e cinquenta e seis centavos), com vistas à manutenção da oferta dos serviços especializados e hospitalares, garantindo o atendimento adequado à população de Rubiataba e a continuidade dos serviços.

Dr. Welles Junne – SMS de Nova América, mencionou que, por não possuir hospital, o município utiliza com frequência o hospital de referência da região, localizado em Rubiataba.

Dra. Talitta – SMS de Rubiataba, afirmou que realizam os atendimentos de urgência e, quando necessário, encaminham a continuidade do atendimento para outras cidades ou prestam assistência diretamente, nos casos em que não há alternativa. Ressaltou que todos os atendimentos são feitos com muito cuidado e dedicação aos munícipes, mas destacou que, sem recursos financeiros, é muito difícil oferecer o melhor atendimento.

Dr. Túlio Silva Oliveira – Superintendente de Planejamento/SES, agradeceu à Dra. Talitta e reconheceu as dificuldades enfrentadas pelos gestores diante do subfinanciamento, destacando que frequentemente os municípios produzem mais do que recebem, além da defasagem da Tabela SUS. Ressaltou a importância de trazer essas pautas para o debate e agradeceu à Dra. Patrícia, bem como aos Coordenadores Regionais de Planejamento, pelo empenho e atuação constante. Destacou o excelente trabalho realizado pela Dra. Andressa, que desde o início do ano tem dado suporte, capacitação e apoio técnico necessário para que essas demandas fossem organizadas e encaminhadas. Enfatizou a relevância de garantir um financiamento adequado às ações e serviços de saúde para atender à população que tanto necessita. Informou que a pauta será encaminhada para a reunião da CIB.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS de Araçu / Presidente do COSEMS, parabenizou o Dr. Túlio e ressaltou a importância do apoio técnico no momento de apresentar os cálculos de forma clara e expressiva, a fim de qualificar melhor a proposta junto ao Ministério da Saúde e aumentar as chances de aprovação da recomposição financeira. Informou que a pauta seguirá para a reunião da CIB, para pactuação, o que trará mais segurança aos gestores. Destacou que, por estarem em uma macrorregião, será possível sediar a organização da Rede de Urgência e Emergência por meio de consórcio. Reforçou que a Secretaria de Estado já tem planejamento para fortalecer e viabilizar financiamento para os Hospitais de Pequeno Porte (HPPs), que atendem não apenas à população do próprio município, mas também à da região. Reconheceu o trabalho da Dra. Ludimila, diretora do COSEMS da Macrorregião Centro-Norte, que tem se dedicado intensamente a essa pauta, participando de reuniões exaustivas e contribuindo significativamente para a operacionalização com excelência. Ressaltou a expectativa de que essa experiência se estenda a todas as macrorregiões, visando a somar recursos municipais, estaduais e federais, com o objetivo de manter os serviços em funcionamento e qualificar os que já estão em atividade, especialmente os que atendem além da população própria referenciada.

Dr. Túlio Silva Oliveira – Superintendente de Planejamento/SES, destacou o trabalho realizado e afirmou que a Secretaria tem avançado significativamente com a nova estrutura. Informou que a Dra. Érika está atuando como Superintendente Líder à frente do processo de

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

regionalização e que todos estão trabalhando de forma integrada, com o objetivo de alcançar os melhores resultados possíveis, promovendo a racionalização dos gastos e garantindo que os recursos cheguem de forma eficaz e efetiva na ponta, onde são realmente necessários.

2.7 – Pactuar a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde de Jussara, para aporte de recursos financeiros junto ao Ministério da Saúde, para ações de média complexidade na recomposição de teto, num montante anual no valor de R\$ 1.157.957,73 (um milhão, cento e cinquenta e sete mil, novecentos e cinquenta e sete reais e setenta e três centavos) anuais, para custeio das ações de saúde da população própria e referenciada. (SMS de Jussara).

Dr. Antônio Carlos – SMS/Jussara, agradeceu à Regional Rio Vermelho pelo apoio as demandas. Solicita essa recomposição devido a demanda muito alta. Foi apresentado série histórica para justificativa dessa solicitação.

Vai para pauta da CIB para pactuação.

2.8 – Pactuar o curso “Violência Sexual: O que a Saúde Pública pode fazer?”. (SESG/SUBIPEI).

Dra. Karen Esber – SESG/SES, disse que se trata de um curso muito importante e aguardado por todos. Necessário muita capacitação dos profissionais que atuam na área. Em Goiás, os dados acompanham os índices nacionais e são assustadores. O Sistema de Informação de Notificação de Agravos (SINAN) mostra que em 2023 houve um incremento de 357% das notificações de violência sexual de crianças e adolescentes no estado de Goiás, quando comparado com 2014. Existem dificuldades pessoais e profissionais para manejo adequado dos casos. Nunca houve uma capacitação específica sobre esse tema. Objetivo geral será qualificar, anualmente, até 100 profissionais de saúde, estudantes e afins para o atendimento de crianças, adolescentes, mulheres e homens em situação de violência sexual. A metodologia será Conforme a IN n.10/2024, trata-se de um curso na modalidade da Educação a Distância (EaD) sem tutoria, ou seja, Curso Autoinstrucional. O curso ficará disponível continuamente no Ambiente Virtual de Aprendizagem da SESG (AVA/Plataforma Moodle - EducaSaúde), a partir de 2025 até 2029, para ser realizado a partir de um desenho autoexplicativo, sem o acompanhamento de um tutor. Não há formação de turmas e prazo estabelecido para a realização do curso. A atualização do conteúdo ocorrerá de dois em dois anos, conforme necessidade. Carga horária de 60h. Apresentou a matriz curricular, planilha financeira e cronograma.

Dra. Patrícia Palmeira – Presidente do COSEMS, parabenizou à Dra. Karen e equipe pelo curso proposto. Muito importante a participação dos técnicos e também Gestores.

Vai para pauta da CIB para pactuação.

INCLUSÃO DE PAUTA:

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

2.9 – Aprovação do Regimento Interno da Comissão Intergestores Bipartite – CIB, Comissão Intergestores Macrorregional – CIM e Comissão Intergestores Regional – CIR. (SES e COSEMS)

Dra. Érika – SUPERRE/SES, informou que esse assunto vem sendo debatido com o COSEMS através de várias reuniões. Fez uma contextualização histórica sobre a criação e regulamentação da CIB. No ano de 1993 foi criado a CIB e somente em 2011 foram criadas as Comissões Intergestores Regionais – CIR para regionalização das ações de saúde nos espaços de governança próximo aos territórios. As Comissões Intergestores Macrorregionais foram criadas no estado de Goiás no ano de 2020 pela Resolução CIB nº 013/2020. Serão atualizadas questões textuais tanto na CIB, CIR E CIM. Mostrou algumas alterações que foram feitas nos Regimentos para exemplificar as novas mudanças. Todo o funcionamento da CIB será o modelo adotado para os outros espaços de Governança com exceção da CIR.

Dra. Patrícia Palmeira – Presidente do COSEMS, disse o recorte da CIM será semelhante a CIB composta por uma mesa diretiva com paridade. Serão 18 Coordenadores Regionais e 05 Diretores Macrorregionais. Serão trabalhados todos esses pontos de mudança em 02 dias de imersão com todos esses atores para qualificar os espaços de governança.

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS Araçu/Presidente do COSEMS, esclareceu que a Comissão Intergestores Macrorregional (CIM) será fixa no município que apresentar facilidade de acesso para todos os envolvidos na Macrorregião de Saúde. Já a Comissão Intergestores Regional (CIR) poderá permanecer itinerante para as regiões que assim desejarem. Aquelas regiões que já possuem um espaço definido para a CIR continuarão utilizando-o da forma que for pactuada. A proposta é que a CIM seja fixa, e essa decisão virá em uma Resolução, não no Regimento Interno. O motivo para isso é a flexibilidade: havendo necessidade de mudança, considerando que os planos diretores são mutáveis, a Resolução poderá ser revogada e uma nova aprovada. Assim, o Regimento Interno não terá a lista dos municípios fixos, que virá apenas na Resolução.

Dra. Érika Lopes Rocha Batista – SUPERRE/SES, esclareceu a dúvida do Dr. João Bosco a respeito da coordenação. As coordenações são fixas. Se alguém é coordenador de uma Comissão Intergestores Regional (CIR), mesmo que as reuniões sejam itinerantes e aconteçam bimestralmente em municípios diferentes, a coordenação segue a mesma. A Secretaria Executiva é ligada à Região de Saúde de forma fixa, e da mesma forma, a Comissão Intergestores Macrorregional (CIM) também tem uma coordenação fixa. As coordenações não mudam, independentemente do local onde a reunião da CIR aconteça.

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS Araçu/Presidente do COSEMS, esclareceu que, embora o espaço e o município para as reuniões permaneçam os mesmos, a condução da reunião, ao contrário da coordenação, pode ser revezada. A mesa diretiva da Comissão Intergestores Regional (CIR) ou da Comissão Intergestores Macrorregional (CIM) tem a prerrogativa de organizar essa alternância na condução, conforme o que for definido internamente. A coordenação, por sua vez, é fixa, conforme a explicação anterior da Dra. Érika. Entendeu que a dúvida do Dr. João se referia especificamente à condução das reuniões, que poderá ser revezada, e

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

não à coordenação, que será sempre a mesma.

Dr. João Bosco, esclareceu que sua dúvida não se restringia apenas à condução das reuniões, mas também à representação do secretário. Questionou se será necessário eleger um coordenador para a Macrorregião de Saúde.

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS Araçu/Presidente do COSEMS, esclareceu a composição da mesa diretora da Comissão Intergestores Macrorregional (CIM), utilizando uma simulação, dizendo que terá o diretor da Macrorregião de Saúde e um novo ator ainda não nomeado, que será o diretor macrorregional, representando a Secretaria de Estado. Portanto, a única mudança será a adição desses dois novos atores à mesa.

Dra. Jaqueline Gonçalves Rocha de Oliveira, pontuou que o caso específico da diretora do COSEMS da Macrorregião de Saúde, que também é coordenadora da Comissão Intergestores Regional (CIR), abriu um precedente importante. Essa situação serve de exemplo para futuras resoluções de representatividade. Ficou definido que, nesses casos, caberá aos envolvidos a escolha de um outro secretário para representar a Comissão Intergestores Regional (CIR).

Dra. Sônia Issler – GEAI/SUPERRE, fez uma importante ressalva: o secretário escolhido para a representação deverá ser da Macrorregião de Saúde que representa.

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS Araçu/Presidente do COSEMS, disse que no caso exemplificado, que acumula as funções de coordenadora da Comissão Intergestores Regional (CIR) e diretora macrorregional, convidará um secretário municipal daquela Macrorregião de Saúde para compor a mesa diretiva. Esse secretário será um ator adicional, representando a parceria que ocorrerá entre secretários municipais de saúde e representantes estaduais.

Dra. Lurdes – DMRN, manifestou dúvidas sobre a realização da Comissão Intergestores Macrorregional (CIM). Explicou que havia planos para uma reunião extraordinária em maio, junto a Sonia, para discutir a pactuação da carreta ortopédica. Contudo, como a CIM ordinária será no início de junho, decidiram que não haveria problema em aguardar a reunião regular. Questionou como ficará a questão da carreta ortopédica e as pautas em geral. Em resposta à Dra. Patrícia, que mencionou que as pautas da Comissão Intergestores Regional (CIR) muitas vezes se resumem à Secretaria de Estado da Saúde (SES), argumentou que, especialmente em certas sazonalidades, é crucial reunir os secretários para compartilhar informações importantes, principalmente sobre vigilância. Ressaltou que, ao qualificar as pautas nos Grupos de Trabalho (GTs), há sempre o cuidado de garantir que o assessor indicado pelo secretário no grupo do GT seja capaz de levar o assunto para o território do município. Embora nem sempre seja preciso que o assunto seja levado à CIR, alguns temas demandam a sensibilização do gestor para que tenham continuidade. Também considerou muito importante a discussão sobre o desenvolvimento SUS Digital com verbas paradas devido à troca de gestores. Exemplificou que em sua região, um município está no terceiro secretário de saúde entre janeiro e maio. Por isso, já agendaram para a próxima semana um encontro com os municípios que passaram por troca recente de gestores, a fim de oferecer apoio e discutir questões que precisam ser abordadas pelos gestores. Sua principal dúvida reside na pactuação da carreta para o segundo semestre: se farão ou não essa CIM. Discutirá o assunto com as Regionais e com o grupo de gestores da Macrorregião de Saúde. Além disso, conversará

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

com a Dra. Sônia para definir a questão da carreta.

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS Araçu/Presidente do COSEMS, complementou destacando a importância da solicitação de pautas e propôs uma reflexão aos gestores municipais de saúde, que muitas vezes permanecem "silenciados" nos espaços de governança. Ponderou que, embora o silêncio não seja intrinsecamente equivocado, a proatividade é essencial para evitar problemas mais complexos. Salientou que a Macrorregião de Saúde da Dra. Lurdes e a Macrorregião de Saúde Centro-Sudeste ainda não pactuaram a rota da carreta ortopédica. Esse cenário representa um problema macrorregional que exige que os gestores se reúnam com os secretários municipais de saúde das respectivas regiões e com os coordenadores regionais para definir os próximos passos. Para auxiliar na tomada de decisão, levantou questões cruciais, como: haverá prejuízo se a pactuação não for realizada em breve? A carreta precisava já estar no município eleito, com um cronograma definido antes de julho? O serviço já estaria em execução ou o planejamento para essa Macrorregião de Saúde prevê a chegada apenas após julho? Será possível aguardar agosto, considerando que julho será o mês da Comissão Intergestores Regional (CIR)? Caso haja prejuízo, enfatizou a necessidade de convocação de uma reunião extraordinária. Justificou que não será suficiente apenas emitir uma resolução *ad referendum*, pois é fundamental ouvir todos os atores municipais. É preciso verificar se o município tem capacidade para receber a carreta, se há condições de alocar o equipamento, se os municípios solicitantes têm como transportar seus pacientes até o município onde a carreta estiver, se existe uma rota definida e se há transporte sanitário eletivo disponível. Concluiu que essa pauta precisa ser amplamente discutida, e não apenas resolvida por meio de uma resolução. As duas Macrorregiões de Saúde enfrentam um desafio que exige que todos os atores envolvidos se reúnam para definir o caminho a seguir: se haverá prejuízo; se não será possível aguardar até agosto; se será convocada uma reunião extraordinária e quando esse chamamento será feito. Este caso, inclusive, serve como um exemplo claro do que é emergente e extraordinário, justificando uma convocação fora da agenda comum.

Dra. Sônia Issler – GEAI/SUPERRE, complementou informando que a pauta em questão foi uma solicitação da Superintendência de Políticas de Atenção Integral à Saúde. No decorrer das discussões, a Superintendência precisará apresentar um cronograma para o ano de 2025. A intenção é que este cronograma comece a partir de agosto, visto que as atividades de pactuação do ano anterior serão encerradas em julho. Dessa forma, e respeitando a decisão de cada macrorregião de saúde, ficou definido que as duas macrorregiões que ainda não realizaram suas pactuações farão isso em reunião ordinária. Contudo, o respeito à definição da macrorregião é sempre priorizado. Nesse sentido, que questionou, pois a reunião já estava organizada para ocorrer em São João da Aliança no dia 05/06, a Macrorregião de Saúde Nordeste, já tinha essa organização. A sugestão é que a Macrorregião de Saúde Nordeste converse e defina se a reunião agendada para essa data será mantida. Apenas a Macrorregião de Saúde Centro-Sudeste deverá apontar se sua pactuação ficará para depois. É importante lembrar que as macrorregiões de saúde que ficarem para o final não entrarão no cronograma atual, mas sim no segundo cronograma de execução da carreta.

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Região de Saúde Centro Sul, informou que a Macrorregião de Saúde Centro-Sudeste optou por não realizar a pactuação agora e esperará a reunião ordinária. A decisão se deu porque a macrorregião possui uma resolução do ano passado que não foi cumprida, e a nova resolução, que seria feita agora, seria para 2026. Dessa forma, a carreta ortopédica na própria Macrorregião de Saúde Centro-Sudeste terá suas atividades finalizadas no final de agosto. A macrorregião não viu necessidade de realizar uma reunião extraordinária para uma resolução esperada apenas para o final de 2026. Por essa razão, a reunião ordinária foi mantida na macrorregião, sem nenhum prejuízo para a mesma.

Dr. Severo – DMRCS, expressou a opinião de que a solicitação para a reunião da Macrorregião de Saúde Centro-Sudeste deveria focar no calendário de 2025, a fim de permitir que a SPAIS (Superintendência de Políticas de Atenção Integral à Saúde) faça sua programação. Embora a Dra. Patrícia tenha mencionado sobre a Resolução Ad Referendum, sugeriu que a Macrorregião de Saúde Centro-Sudeste poderia realizar uma reunião da Comissão Intergestores Macrorregional (CIM) extraordinária ainda em junho para aprovar o planejamento evitando prejudicar o planejamento geral da Superintendência. Reconheceu que a reunião da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) não ocorreria e, portanto, uma resolução não poderia ser emitida ou aprovada da forma tradicional. No entanto, questionou se, neste caso específico, uma Resolução Ad Referendum da CIB poderia ser emitida para aprovar a decisão da Macrorregião de Saúde Centro-Sudeste.

Dra. Sônia Issler – GEAI/SUPERRE, esclareceu a necessidade imediata das resoluções para organizar o cronograma de execução das pactuações. Esse cronograma será então apresentado na próxima Comissão Intergestores Bipartite (CIB). A Superintendência de Políticas de Atenção Integral à Saúde (SPAIS) depende dessas pactuações para determinar, por exemplo, na Comissão Intergestores Regional (CIR) Centro-Sudeste, quais municípios receberão a oficina ortopédica. Com essa informação, a equipe da SPAIS, em colaboração com o Centro de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo (CRER), fará um cronograma. Este documento será, posteriormente, apresentado e pactuado na CIB, um procedimento já estabelecido em anos anteriores. A urgência reside em identificar quais municípios, por macrorregião de saúde, serão contemplados com a oficina. Isso é fundamental para que as equipes da SPAIS e do CRER consigam elaborar o cronograma de forma eficaz.

Dr. Túlio Silva Oliveira – Superintendente de Planejamento da SES, pediu que o grupo mantivesse o foco na pauta principal: a aprovação do regimento interno da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), da Comissão Intergestores Macrorregional (CIM) e da Comissão Intergestores Regional (CIR). Ele questionou se esses itens poderiam ser encaminhados para pactuação.

Dra. Cheila Marina de Lima – SMS/Goiânia, expressou sua compreensão de que estão sendo revistos os espaços de governança. Questionou se sua percepção estava correta ao entender que há propostas para remover ou alterar a coordenação da Comissão Intergestores Regional (CIR), buscando esclarecimentos sobre se essa interpretação estava equivocada.

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS Araçu/Presidente do COSEMS, pediu à Dra. Cheila que repetisse sua atuação, pois não havia escutado.

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Cheila Marina de Lima – SMS/Goiânia, informou que atua na diretoria de políticas públicas da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia.

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS Araçu/Presidente do COSEMS, esclareceu que não há planos para extinguir nenhum espaço de governança.

Dra. Érika Lopes Rocha Batista – SUPERRE/SES, disse que estão trabalhando para fortalecer todos os espaços.

Dr. Túlio Silva Oliveira – Superintendente de Planejamento da SES, agradeceu a participação de todos e informou que a aprovação dos regimentos da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), da Comissão Intergestores Macrorregional (CIM) e da Comissão Intergestores Regional (CIR) será levada para pactuação na próxima quinta-feira, durante a reunião da CIB.

Encaminhamento: vai para a CIB como pactuação

INCLUSÃO DE PAUTA

2.10 – Pactuação do projeto “Modernização do Serviço de Radioterapia do Hospital de Câncer Araújo Jorge” - no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), exercício 2025 - (Apresentação Paula dos Santos Pereira – Superintendente de Regulação, Avaliação e Controle – SMS Goiânia).

Dra. Paula dos Santos Pereira – Superintendente de Regulação, Avaliação e Controle – SMS/Goiânia, explicou que o projeto do Hospital Araújo Jorge estará vinculado ao Programa Nacional de Fomento à Assistência Oncológica. Para que o hospital possa concorrer no edital do Ministério da Saúde, será necessária uma aprovação da proposta na Comissão Intergestores Bipartite (CIB). A proposta do Hospital Araújo Jorge é a modernização da radioterapia da unidade, o que se configura como uma demanda urgente. O hospital é a principal referência em radioterapia em todo o estado de Goiás. Relatou que, recentemente, houve um problema em que uma das máquinas teve uma paralisação por questões técnicas. O serviço já foi retomado, mas as máquinas são muito antigas, principalmente uma delas, que é da época da implantação do hospital. Dessa forma, o hospital está buscando apoio do Ministério da Saúde para um projeto de modernização. Para que possam concorrer no edital, precisam da aprovação do projeto na CIB antes de submeterem as demais documentações necessárias no PRONON (Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica).

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS Araçu/Presidente do COSEMS, pelo COSEMS, sublinhou que a questão do Hospital Araújo Jorge é uma pauta de extrema importância para o COSEMS. Explicou que o hospital opera a 200% de sua capacidade, atendendo muito além do que foi pactuado, em contraste com outros serviços que não chegam a cumprir suas pactuações. Diante disso, enfatizou a necessidade de buscar todas as medidas que possam agregar e melhorar a situação e que é uma pauta crucial para ser apresentada e pactuada na Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dr. Túlio Silva Oliveira – Superintendente de Planejamento da SES, concordou que o projeto do Hospital Araújo Jorge também será levado para pactuação na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) na próxima quinta-feira.

Encaminhamento: vai para a CIB como pactuação

3 – INFORMES:**3.1 – Workshops Macrorregionais de Planejamento. (GPR/SPLAN).**

Dr. Túlio Silva Oliveira – Superintendente de Planejamento da SES, informou que o cronograma de ações de planejamento apresentado no ano passado, que envolve municípios, regiões e Macrorregiões de Saúde, já está em execução; destacou o sucesso do evento "Integra Saúde Goiás", que contou com ampla adesão de prefeitos e gestores municipais, além da significativa participação da Superintendência do Ministério da Saúde e do COSEMS; as ações de capacitação dos coordenadores regionais de planejamento também estão avançando de forma satisfatória; agradeceu e parabenizou os coordenadores pelo esforço e pela atuação mais efetiva observada; informou que um centro operacional de apoio ao gestor municipal está em atividade, recebendo apoio e visitas de diversos gestores na SES e nas coordenações regionais, com o objetivo de auxiliar na resolução de questões relacionadas ao planejamento. Atualmente, a rede de planejamento encontra-se consolidada, e a SES está promovendo workshops macrorregionais para apoiar a elaboração dos Planos Municipais de Saúde; reconhecendo que 2025 é um ano estratégico para a construção desses planos, os encontros estão sendo organizados em nível macrorregional, com o apoio das Regionais de Saúde e dos coordenadores, visando fortalecer os municípios nesse processo; os eventos ocorrem das 8h às 17h, com a equipe da SES se deslocando até as Macrorregiões de Saúde; o primeiro workshop foi realizado em Rio Verde, na Macrorregião de Saúde Sudoeste, em 12 de maio de 2025; o convite foi estendido para participação nos próximos workshops, que acontecerão nas seguintes datas e locais: 27 de maio de 2025, em Formosa, com a Macrorregião de Saúde Nordeste; 28 de maio de 2025, em Anápolis, com a Macrorregião de Saúde Centro-Norte; 29 e 30 de maio de 2025, em Goiânia, com as Macrorregiões de Saúde Centro-Oeste e Centro-Sudeste, respectivamente. O público-alvo são os gestores municipais de saúde e suas equipes técnicas; a programação foi considerada bastante relevante, e os workshops em Goiânia contarão com a presença de apoiadores do CONASS, que contribuirão para oferecer a melhor metodologia para a elaboração dos Planos Municipais de Saúde; finalizou reforçando a importância da participação de todos e solicitou à Dra. Patrícia que convocasse os interessados.

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS Araçu/Presidente do COSEMS, concordou com o Dr. Túlio e enfatizou a importância de se atentar a tudo que envolve planejamento. Destacou a recente mudança na lógica das emendas federais, que agora exigem plano de trabalho. Lembrou uma antiga pauta do COSEMS, defendida pela ex-presidente Verônica, que buscava alinhar as emendas estaduais ao formato das federais. Antes, as emendas estaduais, que eram de custeio sem plano de trabalho, acabavam engessando e tendo valores defasados. Agora, observa-

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

se um retrocesso com as emendas federais, que passaram a exigir um plano de trabalho detalhado com cronograma de execução. Alertou para a necessidade de os gestores participarem ativamente de tudo que envolve planejamento, pois não estão preparados para a nova operacionalização de pleitos de emendas federais. Mencionou o cenário das emendas estaduais, onde muitas estão paradas sem execução ou com problemas na prestação de contas devido à burocracia, fazendo com que muitos gestores prefiram nem as operacionalizar, devolvendo os recursos. Instigou a reflexão: como essa realidade ficará com o recorte federal? Questionou a capacidade de manutenção de programas com recursos ordinários, afirmando que, hoje, quem não está buscando recursos adicionais não consegue manter nenhum serviço aberto. Revelou que os municípios estão investindo muito além do mínimo constitucional, sacrificando outros serviços. Finalizou a sua fala reforçando a importância de se atentar a tudo que envolve planejamento e de, juntos, construírem instrumentos de gestão dinâmicos que realmente reflitam o planejamento e a execução dos serviços, tornando-os vivos e dinâmicos.

Dr. Túlio Silva Oliveira – Superintendente de Planejamento da SES, reafirmou o apoio da SES aos municípios. Enfatizou a importância da participação de todos nos eventos promovidos para fortalecer o planejamento e os instrumentos de gestão. Esse engajamento conjunto será crucial para o alinhamento sobre as emendas federais, tema mencionado pela Dra. Patrícia. Destacou que as emendas federais são uma pauta atual e que está sendo amplamente discutida no Supremo Tribunal Federal (STF). Alertou para a necessidade de cautela na gestão das emendas, apontando o risco de judicialização, dado que o STF tem emitido muitas Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs) sobre o assunto. Por isso, é fundamental que todos estejam atentos a essas questões. Propôs à Dra. Patrícia a criação de um momento específico, coordenado pela SES, para discutir a execução das emendas parlamentares. Assim como os workshops para o planejamento municipal de saúde, considera que será pertinente organizar um evento, talvez em julho ou agosto, em formato macrorregional, para auxiliar os municípios. O objetivo será abordar todas as mudanças e novas operações promovidas pelo governo federal, relativas às transferências de recursos.

Encaminhamento: vai para a CIB como informe.

3.2 – Chamada Pública Programa Mais EPS – 2º edição. (SESG/SUBIPEI).

Dra. Paula Cristina dos Santos, Assessora Técnica da Superintendência da Escola de Saúde Pública, convidou a todos para participar da 2º edição do Programa Mais EPS. O Programa é uma iniciativa que fortalece a Educação Permanente em saúde em todo o Estado, é também fruto de uma parceria entre a SES e o COSEMS. A principal função é apoiar o fortalecimento dos núcleos permanentes em Saúde. As inscrições já estavam abertas vai até o dia 15/06/2025 o município que tiver o interesse em participar deverá encaminhar para a Escola uma proposta de execução em de uma ação institucional. A proposta deve esta vinculada a um indicador, então fica o convite a todos e a Escola de Saúde se coloca a disposição para qualquer esclarecimento em caso de dúvida.

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dr. Tulio Silva Oliveira – Superintendente de Planejamento/SES, agradeceu pediu para que falsa as inscrições e essa pauta estava encaminhada para a pauta da CIB. Disse que o link do edital estava no chat.

3.3 –Reunião de Incentivo ao Fortalecimento da Cooperação Intermunicipal na Macrorregião Centro-Norte, dia 22/05/2025, no auditório da escola de Saúde – SESG/GO. (Marília Ferraz-Assessoria de Cooperação Intermunicipal (ACIM)).

Apresentou juntos o item 3.3 e o 3.4.

Dra. Marília Ferraz – Assessoria de Cooperação Intermunicipal/ACIM, informou que a ACIM é uma estrutura nova, criada com o surgimento da SUPERRE no final do ano passado, e que está sendo estruturada este ano. Antes de apresentar o informe completo, contextualizou a situação. No ano passado, por meio da Resolução nº 070/2024 – CIB, de 3 de abril de 2025, foi aprovada a implementação da Política Estadual de Atenção às Urgências e Emergências do Estado de Goiás. Nessa política, ficou estabelecido que a Rede de Urgência e Emergência será implementada, gradativamente, nas cinco Macrorregiões de Saúde do Estado. Além disso, o gerenciamento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e Emergência (SAMU 192) será realizado por meio de um consórcio intermunicipal macrorregional. Informou sobre a estruturação dessa nova assessoria, criada com o surgimento da SUPERRE no final do ano passado. Antes de detalhar as ações, contextualizou a razão para o momento atual. No ano passado, por meio da Resolução nº 070/2024 – CIB, de 3 de abril de 2025, foi aprovada a implementação da Política Estadual de Atenção às Urgências e Emergências do Estado de Goiás. Essa política estabeleceu que a Rede de Urgência e Emergência será implementada gradativamente nas cinco Macrorregiões de Saúde do Estado, e que o gerenciamento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e Emergência (SAMU 192) será por meio de um consórcio intermunicipal macrorregional. Dando andamento a essa iniciativa, em janeiro deste ano, foi firmado o consórcio público intermunicipal de saúde para o gerenciamento do SAMU Macrorregional da Macrorregião de Saúde Centro-Norte de Goiás, que recebeu o nome de SAMU 192/CISCENO. No entanto, dos 60 municípios que fazem parte desta macrorregião, apenas cinco estão participando do consórcio, e o objetivo atual é a sua expansão. Existem diversos pontos técnicos, inerentes à administração pública, que devem ser observados para que os demais municípios consigam aderir a esse consórcio. Por isso, a assessoria está promovendo dois eventos importantes: A primeira iniciativa é a Reunião de Incentivo ao Fortalecimento da Cooperação Intermunicipal na Macrorregião de Saúde Centro-Norte, que acontecerá em 22 de maio de 2025, uma quinta-feira, em Goiânia. O público-alvo são os Secretários Municipais de Saúde da Macrorregião de Saúde Centro-Norte. O evento tem como propósito contextualizar e trazer informações iniciais para esses gestores, alguns dos quais podem não estar familiarizados com a temática, ou aqueles que já a conhecem, para que obtenham mais dados e possam compartilhá-los com os prefeitos em seus municípios. Um material específico será disponibilizado aos secretários municipais para entrega aos prefeitos. Foi ressaltado que o convite já foi formalizado e enviado por meio de ofício circular da SES. Após esse primeiro contato com os secretários municipais, na semana seguinte, em 29 de maio de 2025, será realizada a Oficina de Fortalecimento da Cooperação Intermunicipal da Macrorregião de

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Saúde Centro-Norte, das 8h às 12h, no auditório do SENAC-Anápolis. O público-alvo inclui não apenas os Secretários Municipais de Saúde da Macrorregião de Saúde Centro-Norte, mas também os prefeitos e os presidentes das câmaras de cada um dos municípios que compõem a macrorregião. Neste evento, contará com a participação do Governador Ronaldo Caiado para reforçar a importância da temática. O convite também já foi formalizado por meio do Ofício Circular nº 656/2025 SES, encaminhado às pessoas convidadas. Enfatizou a extrema importância da participação dos gestores municipais nesses dois momentos para que se consiga fortalecer a cooperação intermunicipal e melhorar a qualidade do atendimento pré-hospitalar e outras temáticas relacionadas ao SAMU. Deixou o contato da assessoria disponível para quaisquer dúvidas relacionadas aos eventos.

Encaminhamento: não vai para a CIB

3.4 – Oficina para Fortalecimento da Cooperação Intermunicipal na Macrorregião Centro-Norte, dia 29/05/2025 às 08 h, no auditório do SENAC, em Anápolis-GO. (Marília Ferraz-Assessoria de Cooperação Intermunicipal (ACIM).

Foi apresentado junto com o item 3.3.

Encaminhamento: vai para a CIB como informe

Dra. Érika Lopes Rocha Batista – SUPERRE/SES, apresentou a “caixinha” que compõe o kit a ser entregue aos gestores municipais no dia 22 de maio de 2025. Esse kit, que conterá um pendrive, será fornecido durante a Reunião de Incentivo ao Fortalecimento da Cooperação Intermunicipal na Macrorregião de Saúde Centro-Norte, que ocorrerá no mesmo dia da Reunião da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), no período da tarde. A equipe da SUPERRE/SES pediu que esse kit seja entregue em mãos ao prefeito de cada município, como um convite pessoal para o evento do dia 29 de maio de 2025. Contam com a divulgação e o empenho de todas as Regionais de Saúde, especialmente aquelas da Macrorregião de Saúde Centro-Norte. O objetivo é que as Regionais de Saúde liguem, convidem, reforcem e insistam para que se consiga o maior número possível de secretários agora e de prefeitos na semana seguinte, a fim de dar continuidade à ampliação do sistema e à realização de tudo o que está sendo proposto.

Dr. Túlio Silva Oliveira – Superintendente de Planejamento da SES, parabenizou a equipe pelo trabalho e pela apresentação. Afirmou que as ações apresentadas fazem parte da estratégia da SES de regionalizar a saúde, tema no qual a secretaria tem avançado significativamente.

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS Araçu/Presidente do COSEMS, agradeceu a apresentação e expressou grande satisfação. Ao mesmo tempo, manifestou o desejo de que fosse possível todas as macrorregiões de saúde vivenciarem o momento que a Macrorregião de Saúde Centro-Norte está vivendo. Ressaltou que o COSEMS/GO acompanha com satisfação o avanço nessa macrorregião, já torcendo para que a próxima macrorregião inicie logo no começo deste segundo semestre uma implantação de forma paralela e concomitante, conforme o que foi planejado anteriormente.

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Érika Lopes Rocha Batista – SUPERRE/SES, informou que os estudos técnicos para a expansão já começaram.

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS Araçu/Presidente do COSEMS, finalizou a discussão elogiando a condução dos Grupos de Trabalho (GTs) de Gestão pelo Dr. Túlio, descrevendo-a como “sempre boa e leve”. Expressou sua gratidão e um abraço a todos os técnicos e gestores municipais, bem como aos técnicos, superintendentes, coordenadores e gerentes estaduais. Reforçou o compromisso de fortalecer cada vez mais os espaços bipartites do Estado de Goiás, tanto em nível regional quanto macrorregional, afirmando que o GT reflete esse empenho. Mencionou uma reflexão feita com o Dr. Túlio no dia anterior: os GTs de gestão e governança, que antes tinham poucas pautas, hoje são "super produtivos". Para ela, isso é um retrato do quanto a bipartite tem caminhado rumo ao fortalecimento, à construção efetiva de políticas e a discussões respeitadas que sempre cooperam para o bem de todos, tanto das secretarias municipais quanto das representações estaduais em seus territórios, incluindo as Regionais de Saúde, o núcleo central e as gerências. Manifestou sua grande satisfação com esse progresso. Justificou que, no período da tarde, a assessora técnica de vigilância do COSEMS/GO, Dra. Natália, estará à frente do GT de Vigilância em Saúde. Convidou os presentes a se encontrarem na quarta-feira, na auditoria do AudiSUS, e para quem não for, na quinta-feira, para agendas de extrema relevância: a reunião da Macrorregião de Saúde Centro-Norte na Escola de Saúde e a Reunião CIB às 14 horas, também na Escola de Saúde.

Dr. Túlio Silva Oliveira – Superintendente de Planejamento da SES, agradeceu a parceria e a condução conjunta do Grupo de Trabalho (GT). Acredita que esse esforço é um reflexo de um trabalho que vem avançando, mas que ainda tem muito a progredir. Encerrou sua fala com um agradecimento.

Dra. Lirce Lamounier – Secretária Executiva/CIB, esclareceu os encaminhamentos dos itens para a pauta. Perguntou se o item 3.1 irá para a pauta da CIB como informe. Confirmou que, como mencionado anteriormente, o item 3.3 ocorrerá em 22 de maio de 2025 e, portanto, não precisa ir para a pauta. No entanto, o item 3.4 irá para a pauta como informe.

Dra. Patrícia Palmeira de Brito Fleury – SMS Araçu/Presidente do COSEMS, informou que está em contato com o Dr. Dárcio, diretor do Fundo Nacional de Saúde. O objetivo é convidá-lo para um evento em Goiás, onde discutirá as mudanças em nível federal, relacionadas a emendas parlamentares e o sistema Transferegov. Ressaltou que o Transferegov, um sistema que não era muito utilizado em Goiás, agora precisa ser alimentado com frequência. Assim que o Dr. Dárcio confirmar uma data, o COSEMS/GO divulgará o evento para a Secretaria de Estado da Saúde, que considera importante a participação, e também para os secretários municipais de saúde.